

PROPAGANDA & PODER

**Congresso Peninsular
de História da Arte**

5 a 8 de Maio de 1999

Coordenação de edição

Marisa Costa

Coordenação científica

Ivo Castro, Maria João Neto
e Vitor Serrão

Organização

Instituto de História da Arte
Cátedra de Estudos Galegos
Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa



Edições Colibri



Biblioteca Nacional – Catalogação na Publicação

Congresso Peninsular de História da Arte, Lisboa, 1999

Propaganda e poder / Congresso Peninsular de História da Arte ;
coord. Marisa Costa ; org. Instituto de História da Arte, Cátedra de
Estudos Galegos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. –
(Actas e colóquios ; 27)
ISBN 972-772-256-3

I – Costa, Marisa, 1967-

II – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de
História da Arte

III – Cátedra de Estudos Galegos

IV – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

CDU 7(469)(091)

7(460)(091)

061.3

Título: *Propaganda e Poder*

Congresso Peninsular de História da Arte

Coordenação de edição: Marisa Costa

Coordenação científica: Ivo Castro,
Maria João Neto e Vitor Serrão

Secretariado do Congresso: Carla Varela Fernandes,
Marisa Costa e Paulo Almeida Fernandes

Organização: Instituto de História da Arte
Cátedra de Estudos Galegos
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Edição: Edições Colibri

Design gráfico da colecção: Ricardo Moita

Capa, paginação e arte final: Inês Mateus – kimap@ip.pt

Impressão e acabamento: Colibri – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal n.º 166 436/01

Tiragem: 2 000 exemplares

Lisboa, Dezembro de 2001

O laboratório da reconstrução: reflexões em torno do pensamento e da prática do urbanismo português

António Filipe Pimentel

Universidade de Coimbra

Acabavam de passar as 9h e 40m do dia 1 de Novembro de 1755, dia de Todos-os-Santos, quando Lisboa tremeu de súbito nos seus alicerces, sacudida por um sismo de inauditas proporções. Em poucos minutos, a cidade convertia-se num cenário dantesco, arruinada boa parte dos seus edifícios, especialmente na zona central – a depressão formada entre as colinas de Alfama e do Castelo, a Oriente, e o Bairro Alto, a Ocidente. O que o terramoto não destruiu, o incêndio subsequente, que lavraria por seis dias, se encarregaria de fazer. De resto, a terra não deixaria tão cedo de tremer: de forma contínua nas primeiras 24 horas, depois com intervalos mais ou menos longos, num total de 500 abalos telúricos, de intensidade progressivamente menor, registados ao longo de quase um ano, até Setembro de 1756¹.

Jazia, assim, como um montão de escombros, a antiga cidade que ao cheiro da canela e do cravo da Índia se derramara da muralha fernandina até à beira-rio, em redor dos dois grandes pólos formados pelo Rossio e pelo Terreiro do Paço. Feridos de morte, agora, nos seus monumentos mais representativos: o Palácio da Inquisição e o Hospital Real, no primeiro; o complexo áulico do Paço da Ribeira, no segundo. Sobreviventes ao sismo, seriam vítimas do incêndio subsequente que, só no Palácio Real e a par dos inestimáveis tesouros das colecções régias, consumiria ainda os esplendores da Patriarcal de D. João V e da Casa da Ópera de D. José I, inaugurada em Abril do fatídico ano.

Nas semanas e meses que se seguem, enquanto por todo o Reino – em boa parte do qual o abalo se sentira – se espalhava uma atmosfera de fim de mundo,

¹ Para uma visão conjuntural das fontes e estudos relativos ao terramoto de Lisboa, cfr. FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987, pp. 62-63, obra fundamental, aliás, no estudo e interpretação de todo o empreendimento da reconstrução e a que amiúde recorreremos.



1 – Panorâmica do Terreiro do Paço em finais do século XVII.

a Europa inteira comovia-se com aquilo a que Voltaire chamou, em poema de ocasião, *Le Desastre de Lisbonne* e não regatearia ajuda, que de Espanha, Inglaterra, Holanda e outras partes chegaria com relativa prontidão². Mas, sobretudo, desdobrava-se em curiosidade sobre os pormenores do trágico sucesso, alimentada, com maior ou menor rigor, nos relatos das testemunhas presenciais³ e em gravuras, as mais das vezes concebidas por imaginações incandescentes. Entre as raras dignas de crédito, as que realizou, em 1757, Jacques Philippe Le Bas, primeiro gravador do Gabinete de Luís XV, sobre desenhos feitos no local por Paris e Pedegache. Como um concílio de fantasmas, aí se chamam a capítulo os mais significativos trechos da Lisboa joanina, reduzida agora a paredes ruídas e abóbadas esventradas, contempladas com incredulidade por raros transeuntes⁴.

Enquanto a Europa civilizada estremecia com as notícias do pavoroso sucesso, à medida que, pelos meses de Novembro e Dezembro, se iam conhecendo os seus detalhes, não deixava de haver, igualmente, quem vislumbrasse na catástrofe excelente ensejo para a realização de projectos pessoais. Nesta última situação se encontraria o jovem Robert, filho do arquitecto inglês William Adam, cuja arquitectura haveria de dominar a Inglaterra de finais do século XVIII, mas que então, com 27 anos, completava em Roma, na contemplação e estudo dos monumentos imperiais e barrocos, o *grand tour* indispensável à sua formação. Em entusiástica antevisão daquilo que considerou um *juízo celestial* em seu benefício,

² Cfr. *idem, ibidem*, pp. 72-73.

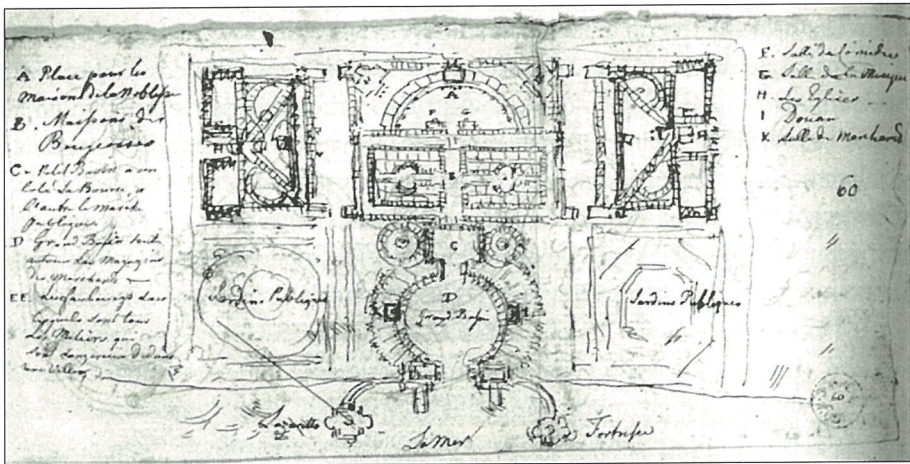
³ Vide um dos mais recentes estudos sobre este aspecto do cataclismo: CARDOSO, Mons. Arnaldo Pinto, “O terramoto de Lisboa (1755). Documentos do Arquivo do Vaticano”, *Revista de História das Ideias*, 18, *História, Memória, Nação*, Coimbra, 1996, pp. 441-510.

⁴ Cfr. TEIXEIRA, José Monterroso, *Triunfo do Barroco*, Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993, Cat., pp. 276-281.

desdobra-se em empenhos junto dos seus compatriotas mais influentes com o fito de ser nomeado pelo Rei de Portugal para a reconstrução da cidade destruída.

Concentrando todas as energias num desígnio que parecia ter-se tornado ideia fixa, com a imaginação ao rubro, endereçaria à irmã Jenny, em 23 de Abril de 56, uma vibrante missiva que constitui todo um programa de vida: envolto ainda, nas primeiras linhas, de alguma razoabilidade – “*Se se espalharem (escreve) rumores sobre a minha candidatura a um empreendimento desta natureza, tal ser-me-á de grande ajuda, ainda que a minha candidatura chegue tarde ou não seja eu o escolhido*” –, cavalga depois, vertiginosamente, nas asas da imaginação: “*Ser chamado por um Príncipe por ser a única pessoa do universo capaz de construir uma cidade inteira não pode ser mais lisonjeiro. Mais ainda se se considerar o brilho, a elevada aparência e a fortuna que pode ser conseguida em alguns anos através de tamanha tarefa. Caso o meu sucesso se consumasse, seria feito nobre pelo Rei e possuiria dinheiro em suficiência para me apresentar com dignidade, sem competição ou rival e, alguns anos findos, passados em honrarias, em agradável clima e onde residem muitos dos nossos compatriotas, poderia regressar a Inglaterra coberto de todas as honras*”⁵.

Os empenhos junto das personalidades influentes a que podia lançar mão e os fraternais delírios epistolares teriam, aliás, tradução gráfica, ao menos em dois



2 – Projecto de Robert Adam para a reconstrução de Lisboa. Plano.

⁵ DELAFORCE, Angela, “O sonho de um jovem arquiteto. Robert Adam e um projecto para a reconstrução de Lisboa em 1755”, *Portugal e o Reino Unido. A Aliança Revisitada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, Cat., p. 57.

rápidos esboços⁶ – uma planta geral e uma perspectiva –, condensando a sua ideia para a reconstrução da cidade que, na verdade, praticamente desconhecia. Implantada à beira-mar (único elemento de ligação mínima ao real lisboeta), a planta de Adam estrutura-se paralela à linha de água (em exacta perpendicularidade, todavia, ao sentido da depressão geológica onde o sismo se revelara mais devastador) definindo um amplo rectângulo centrado num grande lago escoltado de jardins e em comunicação com o “mar”, prolongado, para o interior, num outro de menores dimensões.

De um rigor (a bem dizer, de uma candura) verdadeiramente aristotélico, a urbe idealizada pelo jovem Robert reparte-se em zonas destinadas aos nobres, aos burgueses e aos “ofícios perigosos numa cidade” (relegados, como manda a doutrina, para a periferia), prevendo somente quatro igrejas – como desconhecia os portugueses... – e, sobretudo, com uma absoluta ausência de referências a áreas de serviços, sequer os da governação, ou a um palácio digno de albergar a Corte de um monarca a cuja magnanimidade, não obstante, tão prontamente se candidatava. Esboço ingénuo de uma *cidade* pouco maior que um bairro, exercício escolar onde se entrecruzam referências barrocas (como a insistência na elipse evocativa da Praça de S. Pedro) e arqueológicas (de uma Antiguidade fantasiada ao gosto do seu amigo Giovanni Battista Piranesi), testemunha, sobretudo, a sua aplicação ao programa pedagógico traçado pelo seu mentor e que em anos de maior maturidade saberia manejar com destreza.

É mais que duvidoso, na verdade, que os seus esboços tivessem sido conhecidos em Lisboa. Mas é, pelo menos, seguro que ninguém lhes terá atribuído a menor importância. A cinco anos da morte de D. João V, em cujo longo reinado a arquitectura e o urbanismo se haviam convertido num dos mais empenhados investimentos da Coroa⁷, o País dispunha, não apenas de técnicos e oficiais de toda a espécie, tanto no que respeita à quantidade como à qualidade, mas do conhecimento minucioso da cidade através do seu levantamento exaustivo⁸ e, sobretudo,

⁶ Cfr. *idem, ibidem*, pp. 56 e 58.

⁷ Cfr. ROSSA, Walter, *Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

⁸ Cfr. HORTA CORREIA, José Eduardo, “Manuel da Maia”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Presença, 1989, p. 278. Em anos recentes surgiria no mercado antiquário lisboeta um extenso álbum de desenhos contendo as plantas quase sistemáticas e parcialmente aguareladas de Lisboa nos anos imediatamente anteriores ao terramoto, com a delimitação de todas as igrejas, conventos, palácios e casas nobres. O preço, só aparentemente excessivo, pedido pelo proprietário e a deficiente gestão do problema tem, até ao momento, impedido o Estado de entrar na posse de um elemento olisipográfico absolutamente insubstituível.



3 – Vista do Paço Real da Ribeira e do Palácio Corte-Real antes do Terramoto de 1755.

de uma reflexão amadurecida sobre os problemas urbanísticos que se colocavam à capital do Reino, em cuja elaboração ocupam o lugar central os engenheiros militares. Neste contexto, o terramoto perfilar-se-ia como o momento asado de a levar à prática, sobre um terreno que cataclismo libertara, afinal, de toda a sorte de constrangimentos.

E, com efeito, a terra tremia ainda quando, em 4 de Dezembro, pouco mais de um mês volvido sobre os terríveis acontecimentos, Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino desde o ano anterior, entregava ao duque de Lafões, regedor das Justiças, a primeira parte de um vasto memorial – a sua famosa *Dissertação* – sobre as questões que levantava a tarefa da reconstrução. As restantes, um pouco mais longas, seguir-se-iam em Fevereiro e Março de 56⁹. Com quase 80 anos, o velho Maia contava no activo uma prestigiadíssima carreira de engenheiro militar, formada nos reinados de D. Pedro II e D. João V e, sobretudo, conhecia Lisboa como ninguém: procedera, em 1718, ao levantamento sistemático da cidade destruída, no qual trabalhara durante cinco anos; fora peça fundamental no

⁹ Dela existem duas cópias manuscritas, uma na Biblioteca de Évora, outra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, publ. AYRES, Cristovão, *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no Terramoto de 1755*, Lisboa, 1910 e FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., pp. 311-326, que seguimos.

debate sobre o percurso do Áqueduto das Águas Livres, cuja construção ditara um novo sentido à expansão urbana¹⁰.

Na verdade, as considerações que tece na *Dissertação* a respeito de urbanismo, arquitectura, segurança e higiene, constituiriam a base do partido seguido na reconstrução e, sem embargo da participação de outros, pode dizer-se que a nova cidade saiu em grande medida da sua cabeça e foi decisivamente marcada pela sua formação de engenheiro militar¹¹. É ele, com efeito, quem designa (ou sugere) para arquitecto das novas ruas, praças e edifícios, onde era mister respeitar a *simetria na altura das casa, forma das janellas e portas*¹², o nome do capitão de engenharia Eugénio dos Santos e Carvalho, formado na Aula de Fortificação, inspector das obras da Corte e, desde 1750, arquitecto supra-numerário das Obras do Paço da Ribeira e do Senado da Câmara¹³. É ele, ainda, quem insinua o nome de Carlos Mardel, arquitecto dos Paços Reais e das Ordens Militares e a quem iria competir a parte mais vincadamente arquitectónica da reconstrução¹⁴. A um e a outro, porém, recomendavam-nos, nas suas próprias palavras, “*serem Engenheiros de profiçãõ*”, além de “*na Architectura Civil os primeiros Architectos*”¹⁵.

Nas suas propostas para a cidade nova, Maia forma três equipas, todas dirigidas por engenheiros militares – Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Pope e o ajudante Pedro Gualter da Fonseca –, a quem fornece cópias da sua planta da cidade antiga e faz trabalhar sob as suas instruções. Numa gestão habilíssima de pragmatismo e diplomacia, submete ao Rei e ao seu ministro quatro possibilidades para a reconstrução: reerguer a cidade tal como se apresentava nas vésperas da catástrofe; reconstruí-la com correcções pontuais, retracá-la por completo ou, pura e simplesmente, abandonar a cidade velha e fazer uma nova Lisboa a ocidente da antiga. É, porém, sobre a terceira proposta que faz incidir o trabalho dos desenhadores, retracando a Baixa, a zona mais atingida pelo cataclismo e, em função desta área de 620 000 m², seriam elaborados seis diferentes estudos, variando entre uma mera regularização da cidade antiga e uma radical reorganização no que directamente concebeu Eugénio dos Santos¹⁶. Eram entregues ao Rei a 19 de Abril de 1756 – quatro dias antes de Robert Adam redigir a sua eufórica missiva.

¹⁰ Cfr. ROSSA, Walter, ob. cit., pp. 63-75.

¹¹ Cfr. FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., pp. 77-78.

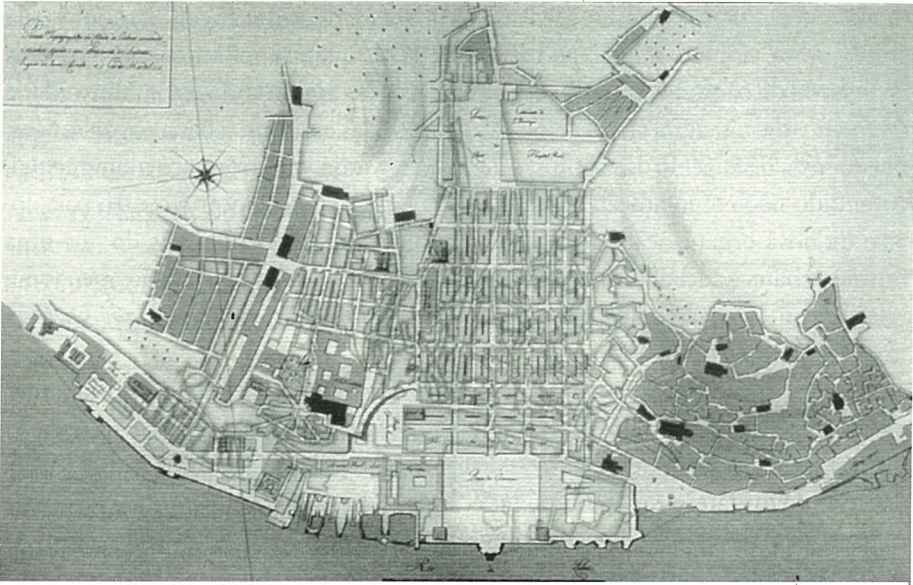
¹² MAIA, Manuel da, *Dissertação...* (II Parte), apud FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 319.

¹³ Vide HORTA CORREIA, José Eduardo, “Eugénio dos Santos”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, pp. 433-437.

¹⁴ Vide HORTA CORREIA, José Eduardo, “Carlos Mardel”, *ibidem*, pp. 280-283.

¹⁵ MAIA, Manuel da, *Dissertação...* (III Parte), apud FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 323.

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 95-106.



4 – Projecto de Eugénio dos Santos para a reconstrução de Lisboa.

De entre todos (e como Maia pretendia) seria aprovado o projecto pessoal de Eugénio dos Santos. Regularizando as duas velhas praças nucleares, o Rossio e o Terreiro do Paço –conservado como praça aberta sobre o rio–, propunha uma malha complexa, bem ritmada, dinâmica, que evidencia sensibilidade e argúcia. É a obra de um urbanista, não somente consciente da necessidade de criar uma cidade moderna, mas senhor, inquestionavelmente, de excepcionais qualidades de criador. E que integra na perfeição e dá corpo às ideias de Manuel da Maia. É, pois, já com os planos definitivos, que um alvará com força de lei de 12 de Maio de 1758 dá, enfim, início formal à reconstrução¹⁷. Mas é a Coroa, em lugar do Senado, que assume o controlo de todo o empreendimento, no seio do qual a Baixa, desde o século XIV centro comercial da antiga cidade, permaneceria afecta à burguesia, que desse modo ocupava, estratégica e simbolicamente, o lugar central, não somente na nova ordenação mas, fundamentalmente, na nova ordem.

Ao longo dos seis projectos submetidos ao Rei em Abril de 56, o Terreiro do Paço, centro vital da Lisboa destruída, não apenas conservava o seu valor urbano, como se revelava o ponto de maior investimento compositivo, quase sempre propondo a sobrevivência do complexo palatino e patriarcal. Uma vez mais se cumpria a lógica do pensamento de Manuel da Maia, que dele se ocuparia quase

¹⁷ Publ. *idem, ibidem*, pp. 327-330.

desde o início da *Dissertação*. De resto, o interesse do velho engenheiro-mor pela antiga praça vinha de longe, ao menos de 1721, quando reflectira sobre os seus problemas de comunicação com as ruas adjacentes, elaborando em conformidade um plano que não teria efeito pelo elevado valor das expropriações a pagar¹⁸. Mas, na proposta de Eugénio dos Santos, o *Terreiro* convertia-se num espaço monumental, entendido não como adição à malha urbana, mas como motor e centro psicológico da nova organização, no seio da qual lhe seria reservada mais do que uma função urbana e social nova, uma função representativa e simbólica, não apenas em relação com a nova cidade mas, muito especialmente, com a *sociedade nova* do projecto político pombalino.

Conservando não apenas o valor de praça mais importante de Lisboa mas, ainda, de praça aberta sobre o rio, naquilo que tem de mais original, o Terreiro do Paço emergia, no plano de Eugénio dos Santos, regularizado, sob a forma de um enorme quadrilátero de 180m de lado. Mas, sobretudo, *ressurgia* e ressurgia no mesmo local de sempre, nessa atitude condensando a essência de todo o programa reconstrutor. Com efeito, ao mesmo tempo que se redefinia radicalmente a sua funcionalidade, a praça crispava-se de memórias morfológicas minuciosamente colecionadas, numa explícita busca de legitimação, tanto do novo ordenamento arquitectónico como da ordem política que o justificava.

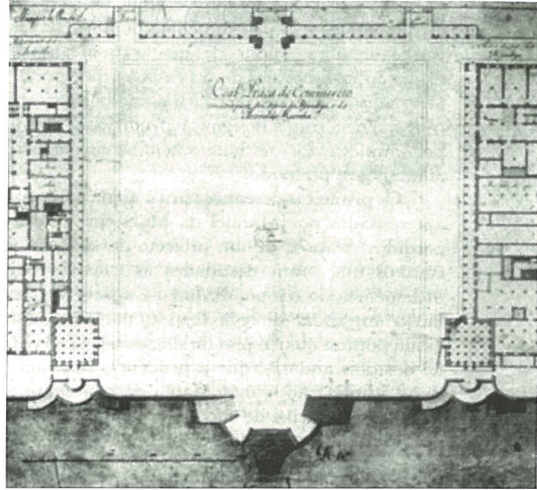
Efectivamente, a comunicação do velho Terreiro do Paço com a cidade em que se incrustava verificava-se essencialmente através de uma série de arcos – Arco dos Pregos, dos Barretes, do Açougue, dos Passarinhos, da Capela, Porta da Ribeira – e as arcadas ou *loggias*, com destaque para a *Galeria das Damas* do Paço da Ribeira, constituíam tema recorrente na estruturação dos seus alçados. Este fenómeno reforçava-se ainda nas ocasiões festivas, seja através da erecção de arcos triunfais, associados a *joyeuses entrées*¹⁹, seja, muito particularmente, da famosa colunata de Ludovici²⁰ que, de 1719 ao terramoto, assinalaria as procissões do *Corpus Christi* e cujo sentido regularizador e monumentalizador do prospecto heteróclito da antiga praça não poderia deixar de funcionar como referência histórica no momento de traçar a composição dos alçados do novo Terreiro.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 118-119.

¹⁹ Cfr. v. g. KUBLER, George, *A arquitectura portuguesa chã, entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*, Lisboa, Vega, 1988, pp. 110-133; BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, s. n., s. d.; XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro e ÁLVAREZ, Fernando Bouza, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

²⁰ Vide MACHADO, Inácio Barbosa, *Historia critico-chronologica da istituição da festa, precisam, e officio do Corpo Santíssimo de Christo...*, Lisboa, 1759 e TEDIM, José Manuel Alves, *Festa régia no tempo de D. João V – poder, espectáculo, arte efêmera*, dissertação de doutoramento, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, policopiada, vol. I, pp. 224-229.

É, pois, o valor dessa memória que leva Manuel da Maia a assumir desde cedo que a futura praça seria o único local da cidade a possuir arcadas²¹, dessa forma o inserindo numa genealogia urbana que declaradamente funciona como elemento de legitimação do novo projecto, disciplinada, evidentemente, e modernizada. Na verdade, estruturada com base em longas alas providas de arcadas, andar nobre e *mezzanino* que, nos segmen-



5 – Plano da Real Praça do Comércio segundo Eugénio dos Santos.

tos perpendiculares ao rio, se rematam por torreões, a praça viria a absorver e a desenvolver coerentemente, com inteligência e sensibilidade, o sentido não somente das experiências, mas de uma reflexão que é possível presentir desde longe, exercida em torno do programa monumental da praça.

Com efeito, não é apenas o tema das arcadas que Eugénio dos Santos retoma explicitamente, mas a própria memória do velho Paço da Ribeira e do chamado Torreão de Terzzi, aliás seguramente riscado por Herrera quando da sua permanência em Portugal²². Num mimetismo declarado, as afinidades acumulam-se nos torreões gémeos da praça pombalina: repetição dos pavimentos nobres; mesma divisão em cinco panos, com alternância, nos vãos, de frontões curvos e triangulares; mesma cúpula (na versão original) forrada de chumbo, mais elegante, embora; mesma interligação dos torreões às fachadas mais baixas. Na verdade, a importância modelar e simbólica do Torreão de Terzzi-Herrera advinha-lhe da sua função emblemática e iconológica, sedimentada ao longo de 170 anos, enquanto metáfora da própria Monarquia, como residência simbólica dos Reis de Portugal²³;

²¹ MAIA, Manuel da, *Dissertação...* (III Parte), apud FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 325.

²² Cfr. PIMENTEL, António Filipe, “Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”, *Las relaciones artísticas entre España y Portugal*, Actas, Badajoz, 1995, pp. 88-89.

²³ Cfr. MOREIRA, Rafael, “O Torreão do Paço da Ribeira”, *Mundo da Arte*, n° 14, Coimbra, Junho 1983, pp. 43 ss. e PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder, O Real Edifício de Mafra*, Coimbra, 1992, p. 243.

porém, as suas potencialidades enquanto motor de composição arquitectónica tornam-se mais explícitas se recordarmos que, de acordo com um relato anterior ao terramoto, o plano original concebido por Herrera para Filipe II consistia em “fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sitio onde hoje estão as casas da alfândega”²⁴.

É este projecto, jamais executado, mas seguramente conhecido no círculo pedagógico da *Aula de Fortificação*, que Manuel da Maia e Eugénio dos Santos retomam, numa clara afirmação da nova praça como sede de poder, cuja *memória* – isto é, *legitimidade* – visa conservar, *dignificando-a*, *monumentalizando-a* e *racionalizando-a*. De igual modo, os alçados reproduzidos na conhecida gravura que ilustra o projecto de Eugénio dos Santos acrescido já das adições ornamentais de Carlos Mardel, impostas após a sua morte em 1760, ostenta igualmente, no acesso à *Rua Augusta*, o *arco de triunfo*, previsto por Eugénio dos Santos e aí, na versão mardeliana, provido de relógio, dupla fidelidade aos múltiplos arcos da antiga praça e à memória de uma das suas mais recentes e prestigiosas aquisições: a Torre do Relógio do Paço da Ribeira, erguida para D. João V, em 1728, pelo italiano Antonio Cannevari²⁵.

Ainda que parte destes elementos, como as cúpulas dos torreões, os troféus das alas e mesmo o arco-relógio tivessem sido eliminados na execução do projecto, como reminiscências rocaille numa cidade deliberadamente depurada e neoclássica, quedariam sinais mais do que evidentes para testemunhar a obsessão arqueológica que presidiu ao novo traçado. Todavia, ao mesmo tempo que o programa urbanístico minuciosamente colecionava memórias morfológicas, arredava-se dele o Palácio Real, vagamente situado entre Buenos Aires e S. João dos Bemcasados, porém no quadro de ulterior empresa e o recinto vocacionava-se para receber a Bolsa de Comércio (ideia cuja paternidade pertencerá ainda a Manuel da Maia, no âmbito da antiga vocação comercial do velho Terreiro) além da Alfândega, dos Tribunais e dos serviços públicos.

Em confronto com a *ociosidade* cortesã, a cidade nova e a praça que a resumia – a *Praça do Comércio*, nova designação oficial, cuja *ambiguidade* (Praça/Bolsa) não somente consagra a importância estratégica da classe comercial, como, de forma mais pragmática, a sua utilidade enquanto financiadora do próprio edifício – surgiam como uma apologia da vida *útil e moderna* do comércio e da actividade económica e, desse modo, como uma *demonstração retórica da nova ordem*.

²⁴ “O Paço Real da Ribeira” in CASTELO BRANCO, Camilo, *Noites de insomnia oferecidas a quem não pode dormir*, vol. III, n° 7, Lello, Porto, 1929, pp. 114-115.

²⁵ Cfr. PEREIRA, Paulo, “Torre do Relógio”, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, pp. 403-404.



6 – Perspectiva do plano de Eugénio dos Santos-Carlos Mardel para a Real Praça do Comércio.

No dizer de um estrangeiro, Pombal olhava o novo recinto “*como se fosse o grande teatro do comércio em Portugal, (...) assim como aquele onde todas as causas da justiça civil e criminal deveriam ser julgadas em última instância*”²⁶.

Trata-se, porém, não somente da *Praça do Comércio* mas, muito especialmente, da *Real Praça do Comércio*, designação oficial quase desde a primeira hora outorgada a um recinto que, mau grado a sua especificidade e passado histórico, não pode deixar de relacionar-se com o universo mais vasto das *praças reais* europeias projectadas desde o século anterior²⁷. E que, sobretudo, apenas adquire o seu pleno sentido em ligação com a estátua equestre de D. José I, que lhe ocupa o centro e constitui o eixo indispensável de todo o sistema arquitectónico e urbanístico. De facto, sem vestígio de contradição, com ela se indemnizava a praça da supressão do Palácio Real; não, todavia, sem inseri-la na órbita estatal, impondo-lhe o selo da autoridade, na lógica de uma concepção política que, isolando o Rei da Nação, o convertera numa dócil e útil abstracção simbólica, ao serviço de um conceito fortemente disciplinado de poder.

E é esse poder que, se dúvidas houvesse, se faria questão de explicitar abertamente no medalhão alusivo ao temível Marquês. A dicotomia real/simbólico que

²⁶ COSTIGAN, Arthur William, *Sketches of society and manners in Portugal*, Londres [1787], carta XXV, apud FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., p. 128.

²⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 158.

opõe o retrato de Sebastião José à *representação* de D. José I, figuração abstracta de puro simbolismo, teria, de resto, o seu corolário natural no cerimonial inaugurativo do monumento, protagonizado pelo ministro e pela ordem nova que orquestrava, perante uma Corte reduzida ao papel, sequer formal, de espectadora oculta dos festejos²⁸.

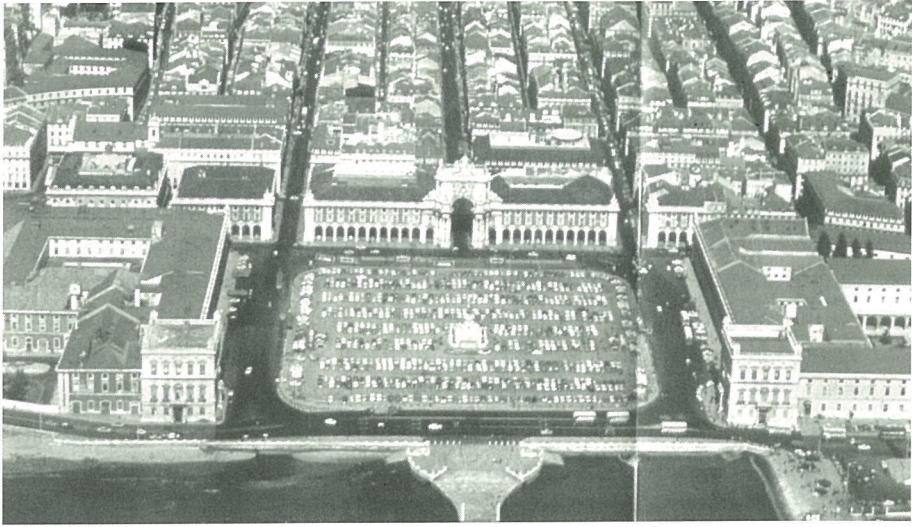
No quadro utilitário e assaz estrito da reconstrução, a Praça do Comércio, “*indiscutivelmente um dos mais belos palcos do mundo*”, como alguém escreveu já, é porém e sobretudo “*o seu luxo e o seu símbolo*”²⁹. Metáfora do *Estado Pombalino* e, por conseguinte, de uma utopia social – o *Despotismo Iluminado* –, o *Terreiro do Paço*, como insiste em ficar na memória comum, configura-se, de facto, como um cenário retórico e demonstrativo da cidade que por detrás de estende. Nesse sentido, e não obstante o minucioso inventário de referências históricas e ontológicas aí acumuladas, possui ainda um último vínculo ao passado, porventura, afinal, o primeiro de todos, o mais estrutural: o que é fornecido pela própria planta, largo quadrilátero flanqueado de torreões angulares.

Efectivamente, o recinto pombalino revestiria a forma matricial de *palácio-bloco*, por essa via (e por via disso) adquirindo de direito próprio um lugar de destaque numa das mais prestigiosas genalogias formais definidas pelo pensamento arquitectónico ocidental e sobre a qual, justamente, se ilustrariam insistentemente, pelo tempo fora, as grandes utopias sociais. Nesse contexto, a evocação, esquemática embora, do percurso plástico desenhado pela eterna ambição de organizar a sociedade em função de um princípio ordenador (qualquer que seja), parece susceptível de fornecer um contributo não despreciando ao esclarecimento do processo de gestação da majestosa praça, tanto como do terreno a um tempo reflexivo e experimental de que se alimentou.

E, na verdade, o seu ponto de partida situa-se nos alvares da cultura ocidental, nos textos teóricos de Aristóteles e Platão elaborados em torno do tema obsidante da *Cidade Ideal*; a origem prática, porém, remonta ao plano dos acampamentos militares romanos, consagrado por Vitruvius, esquema modular de quadrados multiplicados a partir do cruzamento de dois eixos fundamentais – *cardo* e *decumanus* – e base também da fundação de novas cidades onde, necessariamente, se impunha estruturar harmoniosamente o conjunto dos organismos sociais. Pelos finais do século III, porém, o Palácio de Diocleciano em Split, consagraria definitivamente o valor simbólico e representativo do plano em grelha, cujo

²⁸ Cfr. *idem, ibidem*, pp. 233-235.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 128.



7 – Vista aérea da Baixa Pombalina.

sentido imperial se utilizara para produzir um microcosmos ilustrativo, não da realidade social, mas da imagem que dela se pretendia obter.

De facto, no interior de uma estrutura fortificada, a um tempo funcional e exemplar da inexpugnabilidade da *ideia* que, por seu intermédio, se convertia em ícone, reuniam-se, pela primeira vez, sobre o traçado ortogonal definido pelas vias processionais, estruturas de natureza palatina, religiosa e funerária, evocativas da ordem jurídico-política que o Império desperadamente procurava reter³⁰. Nos séculos imediatos, um tal conceito, liberto embora das coordenadas geométricas do pensamento arquitectónico clássico, voltaria a emergir, aqui e além, ao sabor da retoma do próprio mito imperial, como no *Palácio Sagrado* de Constantino em Bizâncio ou no de Carlos Magno em Aix-la-Chapelle³¹.

Ao longo de toda a Idade Média, caberia em grande parte ao monaquismo prolongar esse conceito autárcico e metafórico, agora sob o signo da realização terrena da *Cidade de Deus*, reformulação agostiniana e transcendental do conceito platónico de *Cidade Ideal*, ao mesmo tempo que a sua usual função de panteões dinásticos e residências régias não deixava de outorgar-lhes um evidente carácter

³⁰ Cfr. BAZIN, Germain, *Les Palais de la Foi, le monde des monastères baroques*, Fribourg, Office du Livre, vol. I, 1980 e ELSEN, Albert E., LANE, Barbara Miller e VON MOOS, Stanislaus, *La arquitectura como simbolo de poder*, Fusquets, Barcelona, 1975, pp. 20-22.

³¹ Cfr. *idem, ibidem*.

político³². Simultaneamente, prolongava-se nos castelos medievais o carácter fortificado de Split, o qual, retomando, sob o impacte da teórica renascentista, o traçado regular em torno do *cortile*, vincado pelas torres angulares, daria lugar em Espanha a uma tipologia particular de *palácio-alcazar* que alcançaria a sua consagração no Alcazar de Toledo, repercutindo-se depois no de Madrid, no Pardo ou no Buen Retiro, a ponto de converter-se numa alegoria da própria Monarquia castelhana³³. Mas, sobretudo, numa sábia reformulação do tema inicial, onde as torres, providas dos coruchéus peculiares, se convertem em sinais vincando os pontos de intersecção de uma estrutura a que reforçam a natural modularidade.

E, com efeito, no final do século XVI, o Escorial reformularia esta vasta herança, ensaiando a síntese perfeita de *palácio-alcazar* e *palácio-convento*, fundidos sob uma ideia de poder condensada na figura do *rex-sacerdos*, dominando um império onde o Sol se não punha, estruturado em função de uma fé única convertida em valor central da ordem política. Sobre o plano em grelha vitruviano, obtido pela repetição rítmica do módulo fornecido pelo *palácio-alcazar*, reúne-se organicamente o conjunto das funções sociais tal como o *Rei Prudente* as idealizou: militares (o próprio arquétipo castrense), religiosas (o convento e a igreja), políticas (o palácio), culturais (o colégio) e funerárias (o panteão dinástico)³⁴. *Forme-mère*, como afirmaria Bazin³⁵, consagra um verdadeiro arquétipo que não demoraria a transpor os Pirinéus, reproduzido nos Inválidos ou nos mosteiros alemães renovados durante o século XVIII em torno do ideal do Sacro Império³⁶ e, de um modo geral, sempre que se procurava encenar um conceito de poder assente numa ideia de sociedade organizada em redor de um princípio único e disciplinador.

³² Cfr. BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, p. 102 e CHUECA GOITIA, Fernando, "La Corte de España y los Sitios Reales", *El Arte en las Cortes europeas del siglo XVIII*, Comunidad Autónoma de Madrid, Madrid, 1989, pp. 213-219.

³³ Cfr. CHECA, Fernando, "El Monasterio de El Escorial y los palacios de Felipe II", *Fragmentos*, nº 4-5, Madrid, 1985, pp. 11-12; CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., pp. 218-220 e 224-225; BROWN, Jonathan e ELLIOT, J. H., *Un Palacio para el Rey. El Buen Retiro y la Corte de Felipe IV*, Alianza Forma, Madrid, 1988, pp. 35-37 e 87-88.

³⁴ Cfr. CHECA, Fernando, ob. cit., p. 16; CHUECA GOITIA, Fernando, *Casas Reales en Monasterios y Conventos españoles*, Real Academia de la Historia, Madrid, 1966, pp. 202-203; MARTIN GONZÁLEZ, Juan José, "El Monasterio de El Escorial, una cima alcanzada", *Sillar, revista católica de cultura*, ano IV, nº 16, Madrid, 1986, p. 48; SACKEN, Cornelia von der Osten, *El Escorial, estudio iconológico*, Xarait, Bilbao, 1984, pp. 27-40; BAZIN, Germain, ob. cit., vol. I, pp. 8-10, 67-68 e 107 e SANTIAGO SEBASTIÁN, *Arte y Humanismo*, Cátedra, Madrid, 1978, p. 127.

³⁵ Ob. cit., vol. I, p. 104.

³⁶ *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 65-68 e 238-241, e vol. II, pp. 7-10 e 74-209; CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., p. 219.

Mas, sobretudo, que se transporta a Portugal com a União Dinástica de 1580: literalmente através do Palácio Corte Real, riscado pelo próprio autor do Escorial e que em Lisboa se começaria a erguer a partir de 1585 e, de modo mais subtil, através da reforma do Paço da Ribeira, concebida pelo mesmo arquitecto e onde se enquadra o Torreão dito *de Terzzi*, iniciado em 1581³⁷. Com efeito, a necessidade, igualmente iconológica, sentida por Filipe I, de conservar a volumetria do velho *Forte* de D. Manuel que, à semelhança dos seus herdeiros pombalinos, se buscaria preservar como fonte de legitimação da nova situação política, constitui a razão da modificação do sistema de cobertura (os famosos coruchéus pontiagudos revestidos de chumbo) de molde a adaptá-lo a uma base de inusitadas dimensões – a do baluarte manuelino –, porém de crucial importância no projecto político do monarca Habsburgo.

Combinando soluções palacianas, militares e mesmo para-religiosas (pela associação tradicional da cúpula esférica à liturgia e ao ritual³⁸ – aqui utilizada, contudo, pelas suas ressonâncias imperiais), que claramente reforçam o seu valor icónico³⁹, o torreão converte-se numa referência psicológica da presença física do Rei entre os seus súbditos, símbolo tangível de um poder real distante que importava a todo o custo materializar. Como tal persistiria, aliás, nos quase dois séculos seguintes, até ao dia fatal do terramoto. E além mesmo, na verdade, consagrado nos torreões gémeos da Praça pombalina, onde a presença do monarca, justamente por se encontrar ausente, deveria ser evocada numa fidelidade ainda mais absoluta ao modelo original. Mas é, sobretudo, o projecto já referido de regularização integral da praça lisboeta que indica que nos encontramos – ainda que sob uma nova e fascinante forma – em pleno território do palácio-bloco⁴⁰.

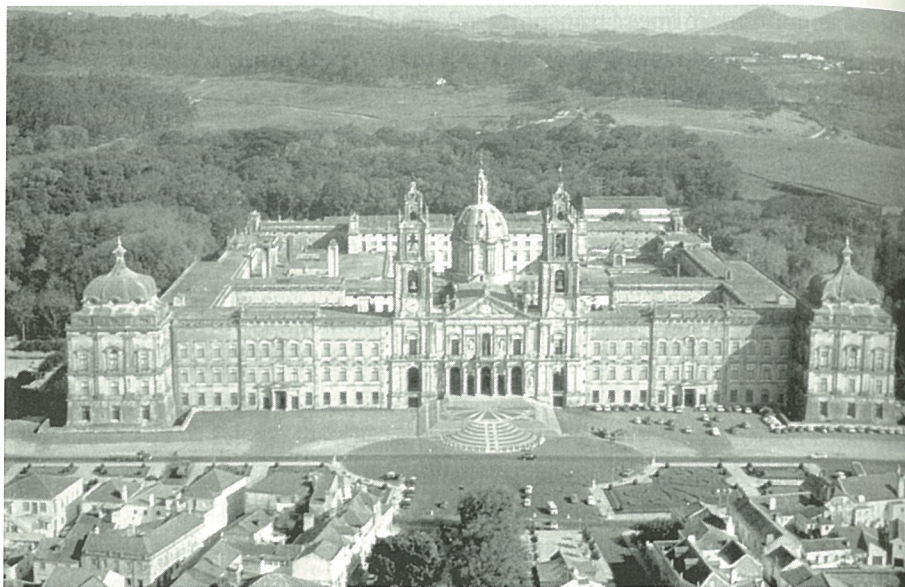
Antes, contudo, uma última síntese do tema milenar seria realizada a escassa distância da cidade que o terramoto iria destruir: o Real Edifício de Mafra, gigantesca construção empreendida por D. João V a partir de 1717, sob a direcção de João Frederico Ludovici e que estaria destinada a constituir a ilustração visual de um poder real em cuja formulação se englobava, doravante, a Igreja Católica, esplêndido reflexo (não mais que isso) da *Monarquia Fidelíssima*. Aí, com efeito, se levaria a cabo, sobre um arquétipo de arquitectura militar, uma criação

³⁷ Cfr. PIMENTEL, António Filipe, “Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa”, pp. 81-83 e 88-89.

³⁸ Cfr. KUBLER, George, ob. cit., p. 82.

³⁹ Cfr. MOREIRA, Rafael, ob. cit., p. 45.

⁴⁰ Cfr. PIMENTEL, António Filipe, ob. cit., pp. 89-90.



8 – Vista aérea do Real Edifício de Mafra.

de inquestionável sentido urbanístico, onde se fundem, organicamente, sobre um plano de claras referências reticulares, um palácio real, uma basílica, um convento, um colégio, uma biblioteca e um panteão dinástico, ainda que inconcluso⁴¹. E onde, novamente, a componente militar da realeza seria evocada em explícita referência ao projecto herreriano do Paço da Ribeira, imprescindível elemento iconográfico numa encenação de poder, se não carente de legitimação, pelo menos, seguramente, de afirmação.

Mas, sobretudo, importará reter a íntima relação que existe entre a realização mafrense e o sentido da intervenção joanina na cidade de Lisboa. Refúgio de planos urdidos para a capital, Mafra não constitui somente a consequência lógica do malogro do projecto juvariano de Buenos Aires. Constitui antes e muito especialmente, o produto da consciencialização da ilegitimidade de um exercício arquitectónico absolutamente carente de base cultural de apoio (e, por conseguinte, igualmente de base social). O desfecho da aventura madrilena de Juvara, na sequência do incêndio que, em 1734, destruiu o Alcazar de Madrid, esclarece amplamente os verdadeiros motivos que inviabilizaram os seus planos lisboetas. Riscado o Palácio Real Novo em 1735, em moldes *européus* de nítidas referências versalhescas, seria completamente reformulado por Sacchetti, a partir de 1738,

⁴¹ Cfr. *idem*, *Arquitectura e Poder, o Real Edifício de Mafra*, pp. 225-243.

segundo um esquema quadrangular organizado em função de um grande pátio central e reforçado de torreões angulares, que intencionalmente recupera, sob a brilhante roupagem berninesca, não somente a antiga estrutura de origem castrense, mas a carga ideológica que a enformava e que se revelava indispensável na legitimação da nova Dinastia⁴².

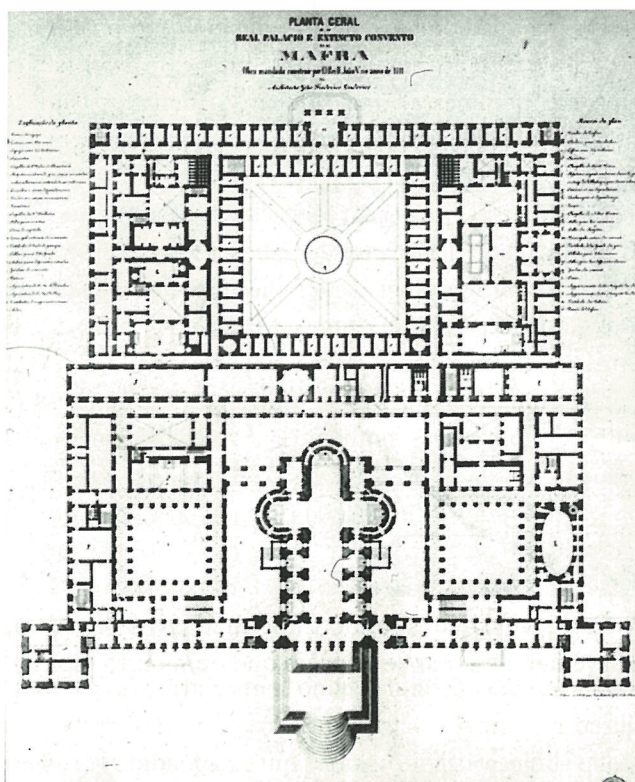
Os sucessos de Madrid esclarecem, de facto, não somente as reais razões da rápida suspensão dos planos juvarianos de Lisboa, como, e sobretudo, da adoção em Maфра de um partido morfológico em radical oposição, onde uma concepção eminentemente plástica cede lugar a outra de sentido deliberadamente urbanístico; por isso mesmo, todavia, capaz de evocar, não somente as traves mestras em que se fundamenta uma teoria de poder, mas o sentido imperial desse mesmo poder, implantado pelos quatro continentes através de formas e fórmulas originadas numa estrutura pedagógica – a *Aula de Fortificação* – que se convertera, ela mesma, numa extensão imprescindível do poder. Que admira que na construção de Maфра se entrecruzem com tanta frequência os nomes dos que terão sobre os ombros a tarefa de reconstruir Lisboa?

A *Cidade Real* joanina constituirá, desse modo, o laboratório, o primeiro ensaio, onde haveriam de testar-se soluções que, com outro espírito e em outras



9 – Esboço de Filippo Juvara para o complexo áulico de Buenos Aires.

⁴² Cfr. KUBLER, George, “Arquitectura de los siglos XVII e XVIII”, *Ars Hispaniae*, vol. XIV, Madrid, 1957, p. 206-215; DURÁN, Miguel, “Del Antiguo Madrid: la construcción del Palacio Real”, *Arquitectura*, n° 96, Madrid, 1927, pp. 123-131; CHUECA GOITIA, Fernando, ob. cit., pp. 220-223; PLAZA SANTIAGO, Francisco Javier de la, *Investigaciones sobre el Palacio Real Nuevo de Madrid*, Departamento de Historia del Arte, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1975, pp. 135-158.



10 – Plano do piso térreo do Real Edifício de Mafra.

circunstâncias, Lisboa verá aplicar, quando chegar a sua hora. Mafra configura-se, de facto, como uma verdadeira Escola, geradora de um pensamento que, na sua construção, pela primeira vez se realizou. A reconstrução de Lisboa seria a herdeira desse saber e dessa experiência. Por isso, na nova Lisboa, cidade das luzes, a marca racionalizada da praxis da engenharia militar se estende pela cidade inteira; porém, no Terreiro do Paço/Praça do Comércio, ícone e resumo da concepção que preside à reconstrução, o palácio-bloco, símbolo do Estado e abrigo da modernidade, se abre em ousada e surpreendente proposta, abraçando idealmente a cidade nova que absorve no seu interior vazio.

Nas vésperas do terramoto, a Portugal faltava apenas, afinal, a oportunidade prática de aplicar no terreno real de uma cidade a fazer, toda uma reflexão, de que Mafra constituira a versão utópica e simbólica e que há muito se encontrava pronta. Tão pronta, na verdade, que a reconstrução já se encontrava formalmente em marcha no momento em que Robert Adam confienciava à irmã Jenny o seu secreto sonho juvenil.